

ESTATUTO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DE GOIÁS – SIMELGO.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINALIDADE:

Artigo 1º - O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás - SIMELGO, com sede e foro na Rua 200, nº 1.121, Qd.67-C, Lt. 1/5, sala 6 - Ed. Pedro Alves de Oliveira, Setor Leste Vila Nova, Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74645.230, é constituído para fins de estudo, coordenação, defesa e representação legal das categorias abaixo mencionadas, com base territorial nos municípios do Estado de Goiás, **exceto os de Acreúna, Anápolis, Montividiu, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Santo Antônio da Barra**, com objetivo de lutar pela melhoria das condições de vida dos seus representados, colaborar com os poderes públicos e demais associações, no sentido de solidariedade social e da sua subordinação aos interesses nacionais e democráticos, e terá duração indeterminada.

Parágrafo Primeiro - Integram a categoria econômica representada pelo Sindicato os seguintes segmentos específicos:

- I- Indústria do ferro (siderurgia);
- II- Indústria de fundição; (Inclusive metais preciosos e ligas)
- III- Indústria de artefatos de ferro e metais em geral;
- IV- Indústria de serralheria;
- V- Indústria mecânica;
- VI- Indústria de proteção, tratamento e transformação de superfícies;
- VII- Indústrias de balanças, pesos e medidas;
- VIII- Indústria de cutelaria;
- IX- Indústria de estamparia de metais;
- X- Indústria de móveis de metal;
- XI- Indústria da construção naval e equipamentos para navegação;
- XII- Indústria de artefatos de metais não ferrosos;

- XIII- Indústria de máquinas, aparelhos e equipamentos para geração, transmissão, distribuição, medição e controle de energia elétrica, peças e acessórios;
- XIV- Indústria de parafusos, porcas, rebites e similares;
- XV- Indústria de lâmpadas e aparelhos elétricos de iluminação;
- XVI- Indústria de condutores elétricos, seus acessórios e componentes;
- XVII- Indústria de aparelhos elétricos, eletrônicos e similares;
- XVIII- Indústria de radiotransmissão;
- XIX- Indústria da construção aeronáutica e equipamentos para navegação aérea;
- XX- Indústria de funilaria;
- XXI- Indústria de refrigeração, aquecimento e tratamento de ar;
- XXII- Indústria de preparação de sucatas ferrosa e não ferrosa;
- XXIII- Indústria de artigos e equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares;
- XXIV- Indústria de informática;
- XXV- Indústria de rolhas metálicas;
- XXVI- Indústrias de esquadrias metálicas;
- XXVII- Indústria de armas e munições;
- XXVIII- Indústria de embalagens metálicas;
- XXIX- Indústria de bombas e moto-bombas, inclusive extrativas, submersas ou não, helicoidais, etc;
- XXX- Indústria de correntes, industriais ou agrícolas;
- XXXI- Indústria de ferramentas;
- XXXII- Indústria de matrizes, formas e moldes;
- XXXIII- Indústria de moto-serras e produtos derivados;
- XXXIV- Indústria de pó-metálico e de peças sintetizada;
- XXXV- Indústria de estruturas metálicas e de ferragens eletrotécnicas;
- XXXVI- Indústria de tanques, reservatórios, recipientes metálicos;
- XXXVII- Indústria de ferramentas manuais, de artefatos de cutelaria e de metal para uso pessoal e doméstico;
- XXXVIII- Tratamento térmico e químico de metais e serviços de galvanotécnica;
- XXXIX - Indústria de máquinas, aparelhos e equipamentos, peças e acessórios;
- XL- Indústria de cronômetros e relógios, peças e acessórios;
- XLI- Indústria de tratores, máquinas e equipamentos para agricultura e aparelhos de terraplanagem;

- XLII- Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e a reparação e manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos;
- XLIII- Indústria de armas, munições e equipamentos militares;
- XLIV- Fabricação de material elétrico para veículos, peças e acessórios;
- XLV- Fabricação de aparelhos elétricos, peças e acessórios;
- XLVI- Fabricação de material eletrônico básico;
- XLVII - Fabricação de antenas para transmissão e recepção de imagem e som;
- XLVIII - Reparação e manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos Industriais, comerciais, elétricos e eletrônicos;
- XLIX- Construção, recuperação e manutenção de aeronaves, fabricação e reparação de turbinas e motores de aviação, peças e acessórios;
- L - Montagem de veículos automotores;
- LI - Demais atividades correlatas não especificadas acima.

Parágrafo Segundo - Não integram as categorias econômicas representadas pelo Sindicato:

- I- Indústrias de forjaria;
- II- Indústrias de materiais e equipamentos ferroviários e rodoviários;
- III- Indústrias de trefilação e laminação de metais ferrosos.

Artigo 2º - São prerrogativas do Sindicato:

a) Defender os interesses gerais das empresas associadas e representá-las perante os poderes públicos Federais, Estaduais e Municipais, colaborando com as mesmas no estudo e solução de todos os assuntos que, direta ou indiretamente possam, de qualquer forma, interessar às atividades da produção e à expansão da economia nacional.

b) Celebrar instrumentos coletivos de trabalho;

c) Eleger ou designar representantes da categoria;

d) Estabelecer contribuições a todos aos que participam da categoria das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos do Estado de Goiás, exceto nos municípios de Acreúna, Anápolis, Montividiu, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Santo Antônio

da Barra, de acordo com as deliberações tomadas em Assembléias Gerais ou Extraordinárias;

e) Propor medidas judiciais de natureza coletiva na defesa dos interesses das empresas que representa;

f) Editar informativos periódicos em geral, a fim de orientar os setores que representa;

g) Filiar-se ou desfiliar-se do grupo e outras organizações sindicais de interesse dos industriais, mediante aprovação da Assembléia dos associados;

h) Outras prerrogativas de interesse da categoria.

Artigo 3º - São compromissos do Sindicato:

a) Promover as ações visando o desenvolvimento e o fortalecimento da categoria econômica;

b) Instituir serviços de assistência e de outros interesses dos associados;

c) Manter negociações trabalhistas;

d) Demais compromissos de interesse da categoria;

e) Manter registros de seu quadro de associados..

Artigo 4º - São condições para funcionamento do Sindicato:

a) A observância das Leis, dos princípios morais e éticos, e a compreensão dos deveres cívicos;

b) Gratuidade do exercício dos cargos eletivos.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS, PERDA DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS:

Artigo 5º - São direitos dos associados:

a) Frequentar, apresentar propostas e participar dos eventos promovidos pelo Sindicato;

b) Utilizar e usufruir dos serviços prestados pelo Sindicato, nos termos do Estatuto; Regimento e Regulamentos pertinentes;

c) Participar, votar e serem votados, na Assembléia Geral;

Artigo 6º - Perderão seus direitos os associados que:

a) Por qualquer motivo, deixar o exercício das atividades industriais representadas pelo Sindicato, não podendo ocupar cargos para exercer representação sindical, inerente àquela atividade industrial da qual se afastou.

Artigo 7º - Somente poderão candidatar-se a qualquer cargo eletivo as pessoas que, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:

a) Contenham na data do registro de chapas mais de 02 (dois) anos de atividades na representação econômica e mais de 06 (seis) meses de inscrição como associado do Sindicato;

b) Não incidam em qualquer das proibições constantes do artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ou outras previstas em Lei ou Estatuto do Sindicato;

c) Preençam os requisitos estabelecidos no Estatuto da Federação das Indústrias do Estado de Goiás.

Artigo 8º - Serão suspensos dos direitos os associados:

a) Que desacatarem a Assembléia Geral ou a Diretoria;

b) Que não efetuarem o recolhimento das contribuições devidas;

c) Que direta, ou indiretamente, contrariar os preceitos constantes do Estatuto da FIEG – Federação das Indústrias do Estado de Goiás.

Artigo 9º - São deveres dos Associados:

a) Pagar pontualmente as suas parcelas de contribuição que forem atribuídas em Assembléia Geral Extraordinária, devendo as mesmas serem pagas até o 10º (décimo) dia do mês subsequente do vencimento, bem como as parcelas impostas por lei específica;

b) Participar das reuniões e Assembléias Gerais e acatar as suas decisões;

c) Prestigiar o Sindicato por todos os meios ao seu alcance e propagar o espírito associativo e de unidade entre os integrantes da categoria profissional;

d) Zelar pelo patrimônio e/ou bens do Sindicato;

- e) Respeitar, integralmente, a Lei e as autoridades institucionais;
- f) Cumprir o presente Estatuto, regimentos e regulamentos que forem criados;
- g) Votar nas eleições sindicais;
- h) Estar em pleno gozo de seus direitos constitucionais.

Artigo 10º - Serão eliminados do quadro associativo:

- a) Aqueles que por má conduta, espírito de discórdia ou falta cometida contra o patrimônio moral ou material do Sindicato se constituírem em elementos nocivos à Entidade;

Parágrafo Primeiro - Antes da aplicação da penalidade pela Diretoria, o associado poderá aduzir sua defesa em 10 (dez) dias.

Parágrafo Segundo - A reabilitação para reingresso ao Sindicato ficará a juízo da Assembléia Geral.

CAPÍTULO III

DAS CATEGORIAS DE ASSOCIADOS

Artigo 11 - Os associados do Sindicato dividem-se em:

- a) Fundadores - aqueles que tenham participado da Assembléia Geral de fundação do Sindicato;
- b) Efetivos - aqueles que obtiverem aprovações para o seu pedido de admissão;
- c) Beneméritos - aqueles integrantes da categoria que tiverem prestado relevantes serviços ao Sindicato por proposta da Diretoria e aprovada pela Assembléia, tais como:

- I - Promovido a solidariedade da classe e dos Sindicatos e Entidades do Grupo;

- II - Concorrido para o crescimento do patrimônio do Sindicato, mediante doações e legados;

- III - Manifestado alto espírito de colaboração com os poderes públicos, com as instituições democráticas, com o Sindicato e com

integrantes da categoria dos Metalúrgicos, Mecânicos e de Materiais Elétricos no Estado de Goiás.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12 - São órgãos diretivos e deliberativos do Sindicato:

- a) Diretoria;
- b) Conselho Fiscal;
- a) Assembléia Geral;

Parágrafo Único - O mandato dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados Representantes junto ao Conselho da FIEG - Federação das Indústrias do Estado de Goiás é de 03 (três) anos, admitida a reeleição. A posse da nova Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados Representantes junto ao Conselho da FIEG, será dada até o dia do término dos mandatos respectivos em exercício.

SEÇÃO I - DA DIRETORIA

Artigo 13 - A Diretoria é composta por 07 (sete) membros titulares e 07 (sete) suplentes, com as funções dos titulares assim discriminadas:

- a) Presidente;
- b) 1º Vice-Presidente;
- c) 2º Vice-Presidente;
- d) 1º Diretor Secretário;
- e) 2º Diretor Secretário;
- f) 1º Diretor Financeiro;
- g) 2º Diretor Financeiro.

Artigo 14 - À Diretoria compete:

a) Dirigir o Sindicato de acordo com as normas legais pertinentes e o disposto neste Estatuto, administrar o patrimônio social e promover o bem-estar geral dos associados e da categoria econômica representada;

- b) Elaborar o Regimento Interno e dos serviços necessários ao desempenho das atribuições do Sindicato;
- c) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e estatutárias, bem como as decisões das autoridades competentes;
- d) Cumprir e fazer cumprir as decisões das Assembléias Gerais e Regimentos do Sindicato;
- e) Aplicar as penalidades, conforme previstas neste Estatuto, respeitados os casos de competência da Assembléia Geral;
- f) Reunir-se ordinariamente, pelo menos, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros;
- g) Aos Suplentes da Diretoria compete substituírem os titulares afastados por qualquer motivo, bem como estes, por motivos justificados não se fizerem presentes.

Artigo 15 - Compete ao Presidente, além das atribuições especificadas em outros dispositivos deste Estatuto, exercer os atos deliberados pela Diretoria e representar o Sindicato, em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e, ainda, praticar todos os atos, aprovados pela Diretoria, que se relacionem com a gestão e administração do Sindicato, salvo aqueles que tenham sido expressamente reservados à Assembléia Geral.

Artigo 16 - Compete aos Vice-Presidentes assessorarem o Presidente e substituírem-no em suas faltas e impedimentos, podendo, para tal, assumir qualquer um dos Vice-Presidentes, por deliberação do Presidente e/ou de comum acordo entre eles.

Parágrafo Único - Em caso de substituição definitiva do Presidente, não havendo acordo entre os Vice-Presidentes, quanto a qual deles caberá substituí-lo, assumirá o primeiro nominado na chapa. Em caso de recusa ou impedimento de todos os Vice-Presidentes, assumirá aquele dos Diretores que, na reunião de Diretoria que tratar da substituição, obtiver maior indicação por meio dos votos dos presentes à reunião.

Artigo 17 - Compete ao 1º Diretor Secretário dirigir os trabalhos da Secretaria, mantendo sob sua responsabilidade o arquivo, e redigir e ler as atas das reuniões da Diretoria.

Artigo 18 - Compete ao 2º Diretor Secretário auxiliar o 1º Diretor Secretário e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Artigo 19 - Compete ao 1º Diretor Financeiro dirigir os trabalhos da Tesouraria, tendo sob sua guarda e responsabilidade todos os bens e valores do Sindicato; providenciar a arrecadação das contribuições e receitas previstas em Lei e/ou outras aprovadas pela Assembléia Geral, conforme o Estatuto, em conjunto com o Presidente; acompanhar as aplicações financeiras e movimentar as contas bancárias do Sindicato, em conjunto com o Presidente; assinar os cheques e pagar as contas juntamente com o Presidente, compatibilizando as disponibilidades com as prioridades estabelecidas nos planos estratégicos.

Artigo 20 - Compete ao 2º Diretor Financeiro auxiliar o 1º Diretor Financeiro e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

SEÇÃO II - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 21 - O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, eleitos na mesma ocasião e por igual período da Diretoria.

Parágrafo Único - A competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira do Sindicato.

SEÇÃO III – DA DELEGAÇÃO FEDERATIVA

Artigo 22 – Os 02 (dois) Delegados do Sindicato e 02 (dois) Suplentes, Representantes junto ao Conselho da FIEG, deverão preencher os requisitos previstos no estatuto da FIEG em vigência, na época das eleições.

SEÇÃO IV - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 23 - As Assembléias Gerais são soberanas nas resoluções não contrárias às Leis vigentes e a este Estatuto, suas deliberações e serão instaladas, ordinárias ou extraordinariamente, pelo Presidente ou seu substituto.

Parágrafo Primeiro - Será considerada instalada a Assembléia Geral, em primeira convocação, com a presença de 1/3 (um terço) dos associados quites e, em segunda convocação, no mínimo 30 (trinta) minutos após, com a presença de qualquer número de associados. Depois de instalada a Assembléia Geral, os presentes indicarão seu Presidente.

Parágrafo Segundo - As Assembléias Gerais serão convocadas através de Edital publicado com antecedência de 03 (três) dias, em jornal de circulação na base territorial do Sindicato ou no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Terceiro - As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas, por maioria absoluta de votos em relação ao total de associados presentes, em primeira convocação, ou por maioria simples dos presentes, em segunda convocação, salvo os casos contrários previstos neste Estatuto.

Parágrafo Quarto - Só poderão votar os titulares, sócios ou diretores de empresas associadas, admitindo-se o voto por procuração;

Parágrafo Quinto - Cada empresa associada terá direito a 01 (um) voto. Na hipótese da existência de mais de um estabelecimento de uma mesma empresa em um mesmo município, somente 01 (uma) terá direito a voto.

Artigo 24 - Realizar-se-ão as Assembléias Gerais Extraordinárias, para:

- a) Destituir a Diretoria ou o Conselho Fiscal;
- b) Alterar o Estatuto Social;
- c) Deliberar sobre alienação do patrimônio do Sindicato;
- d) Julgar recursos;
- e) Autorizar negociações coletivas de trabalho e a celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho, em juízo ou não;
- f) Deliberar sobre contribuições e taxas aos associados;
- g) Apreciar qualquer outro assunto, cuja gravidade e interesse justifique a convocação.

Artigo 25 - À convocação da Assembléia Geral Extraordinária, quando feita pela maioria da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou pelos associados, não poderá opor-se o Presidente do Sindicato, que deverá tomar providências para sua realização dentro de 5 (cinco) dias, contados da entrada do requerimento na Secretaria.

Parágrafo Primeiro - Deverá comparecer à Assembléia Geral Extraordinária, sob pena de nulidade da mesma, a maioria dos que a convocarem.

Parágrafo Segundo - As Assembléias Gerais Extraordinárias só poderão tratar dos assuntos para os quais foram convocadas.

Artigo 26 - As Assembléias Gerais Ordinárias serão realizadas 02 (duas) vezes por ano. A primeira até o último dia do mês de junho que apreciará o Balanço Financeiro e as Contas da Diretoria do exercício anterior. A segunda será realizada até o último dia do mês de novembro e será destinada à apreciação da previsão orçamentária para o exercício seguinte, bem como, se necessário, retificação do orçamento do exercício.

Artigo 27 – As Assembléias Gerais Extraordinárias e/ou Ordinárias serão convocadas por Edital, publicado em jornal de circulação na base territorial do Sindicato ou no Diário Oficial do Estado.

CAPÍTULO V

DAS ELEIÇÕES

Artigo 28 – As eleições para a escolha dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, e dos Delegados Representantes junto ao Conselho Fiscal da FIEG e de Suplentes serão realizadas no prazo máximo de 90 (noventa) dias e no mínimo de 15 (quinze) dias, que anteceder ao término do mandato vigente.

Artigo 29 - As condições para votar e ser votado, no processo eleitoral e das votações obedecerão às normas gerais vigentes e estatutária, atendida sempre a exigência do escrutínio secreto e serão considerados eleitos os que alcançarem a maioria dos votos dos presentes.

Artigo 30 - São elegíveis todos os associados que preencham as condições estabelecidas no Estatuto Social e na Legislação vigente.

Parágrafo Único - Esta em gozo de seus direitos a ocuparem cargos eletivos os associados ingressos há mais de 06 (seis) meses da data do pleito e que estejam no exercício da atividade econômica deste Sindicato, no mínimo, há 02 (dois) anos, e ser maior de 18 anos de idade.

Artigo 31 - É eleitor todo associado que, na data da eleição, estiver há mais de 06 (seis) meses no quadro social, e ter quitado suas mensalidades até 30 (trinta) dias antes da data da eleição.

Parágrafo Único - Para cada Indústria associada, o direito a voto será apenas 01 (um), o qual será exercido pelo sócio majoritário ou pessoa credenciada para tal.

Artigo 32 - Será inelegível o associado que não tiver aprovadas suas contas em exercícios em cargos de Administração Sindical.

Parágrafo Primeiro - Que houver lesado o patrimônio de qualquer Entidade Sindical.

Parágrafo Segundo - Contar com menos de 06 (seis) meses de inscrição no quadro social do Sindicato na data das eleições.

Artigo 33 - O processo eleitoral será conduzido e coordenado pela Diretoria do Sindicato.

Parágrafo Único - Os trabalhos nas mesas coletoras poderão ser acompanhados por fiscais designados pelos candidatos, escolhidos entre os eleitores, membros da categoria, na proporção de 1/3 (um terço) por chapa devidamente registrada.

DO VOTO

Artigo 34 - Deve ser assegurado o registro do voto, mediante cédulas contendo as chapas registradas, isoladamente dos eleitores em cabines indevassáveis para o ato de votar, com emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

Parágrafo Único - Será permitido o voto por procuração.

DA CONVOCAÇÃO

Artigo 35 - As eleições serão convocadas pelo Presidente, mediante Edital e com antecedência máxima de 90 (noventa) dias e mínima de 30 (trinta)

dias antes da data do pleito, e deverão ser realizadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do término dos mandatos.

Artigo 36 - No prazo mencionado no Artigo anterior, deverá ser publicado aviso resumido do Edital em jornal de grande circulação, da localidade em que a Entidade Sindical tiver sua sede, ou no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Primeiro - A cópia do Edital de convocação das eleições será afixado na sede do Sindicato e subseções, de modo a garantir a mais ampla divulgação do pleito.

Parágrafo Segundo - O Edital de convocação deverá conter data e horário de funcionamento da Secretaria da Entidade.

DO REGISTRO DE CHAPAS

Artigo 37 - O prazo para registro de chapas será de 05 (cinco) dias, contados da data de publicação do aviso resumido do Edital e far-se-á exclusivamente na Secretaria do Sindicato, a qual fornecerá recibo da documentação recebida.

Artigo 38 - O registro de chapas será junto à Secretaria Geral do Sindicato, que fornecerá recibo da documentação apresentada.

Artigo 39 - O requerimento do registro de chapas, em 02 (duas) vias, será dirigido ao Presidente do Sindicato, assinado por qualquer dos candidatos que as integram, devendo ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Ficha de qualificação dos candidatos, assinadas individualmente por cada candidato, contendo nome, filiação, data e local de nascimento, estado civil, residência, número de matrícula sindical, número e órgão expedidor da cédula de identidade, empresa a que pertence e tempo de exercício da respectiva atividade econômica;

b) Cópia autenticada do Contrato Social da Firma devidamente registrado na Junta Comercial;

c) Comprovante de endereço de residência do membro.

Artigo 40 - Verificando-se irregularidades na documentação apresentada, a Diretoria notificará o interessado para que promova a correção no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de recusa do registro da chapa.

Artigo 41 - As chapas registradas deverão ser numeradas seguidamente a partir do número 01 (um), obedecendo à ordem do registro.

Artigo 42 – Não poderá haver acumulação de cargos entre a Diretoria e Conselho Fiscal, Titulares e Suplentes.

Artigo 43 - Ao Presidente do Sindicato compete, dentre outras:

- a) Elaborar a lista de votantes, 10 dias antes da eleição, e afixá-la no mural do Sindicato;
- b) Nomear a mesa apuradora que será composta de 01 (um) Presidente 02 (dois) escrutinadores e 02 (dois) Suplentes;
- c) Credenciar os fiscais de cada chapa, junto às mesas coletoras e apuradoras, garantindo as condições para sua atuação;
- d) Dirimir quaisquer dúvidas e situações não previstas no Estatuto do Sindicato, no que tange ao processo eleitoral.

Parágrafo Primeiro – A Comissão Eleitoral será composta por 03 (três) associados, Diretores ou não da Entidade, designados pelo Presidente do SIMELGO, os quais exercerão atribuições de: Presidente, Vice-Presidente e de Secretário, eleitos entre os indicados, cujas atribuições são:

- a) Coordenar o processo eleitoral;
- b) Providenciar a relação de associados aptos a votar, inclusive, As respectivas listas dos mesmos.

Parágrafo Segundo - São peças essenciais ao Processo Eleitoral:

- a) Cópia do Edital e aviso resumido do Sindicato;
- b) Exemplar do jornal que publicou aviso resumido do Edital e a relação das chapas inscritas;
- c) Cópias dos requerimentos dos registros de chapas, acompanhadas da ficha de qualificação e demais documentos;
- d) Relação dos eleitores;
- e) Lista de votantes;
- f) Atas dos trabalhos eleitorais;
- g) Exemplar da cédula eleitoral;
- h) Impugnação, recursos e defesa;
- i) Edital do resultado da eleição;
- j) Ata de posse.

Artigo 44 - No encerramento do prazo para inscrição de chapas, a Diretoria do Sindicato providenciará a imediata lavratura das atas correspondentes, consignando em ordem numérica de inscrição todas as chapas e os nomes dos candidatos e respectivos suplentes.

Artigo 45 - No prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar de encerramento do prazo de registro de chapa, a Diretoria fará publicar relação nominal das chapas registradas, e declarará aberto o prazo de 04 (quatro) dias para impugnação de candidaturas.

Artigo 46 - Ocorrendo renúncia formal do candidato após o registro de chapas a Diretoria afixará cópias desse pedido em quadro de avisos durante 05 (cinco) dias para conhecimento dos associados.

Parágrafo Único - A chapa de que fizer parte candidatos renunciantes poderá concorrer às eleições desde que apresente e mantenha o número total de candidatos efetivos e pelo menos a metade dos respectivos suplentes, considerados distintamente os órgãos da Administração, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto ao Conselho da FIEG.

Artigo 47 - Encerrando o prazo sem que tenha havido registro de chapas, a Diretoria dentro de 48 (quarenta e oito horas) providenciará nova convocação de eleição.

DAS IMPUGNAÇÕES

Artigo 48 - A impugnação de candidatos será proposta através de requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente do Sindicato, e entregue contra-recibo, na Secretaria, por associado em pleno gozo dos seus direitos sindicais.

Parágrafo Primeiro - No encerramento do prazo de impugnação lavrar-se-á o competente termo de encerramento, em que serão consignadas as impugnações propostas, destacando-se nominalmente os impugnantes e os candidatos impugnados.

Parágrafo Segundo - Cientificado oficialmente em 48 (quarenta e oito) horas, o impugnado terá 02 (dois) dias para apresentar as contra-razões; instruindo o processo, a Diretoria decidirá sobre a providência ou não da impugnação.

Parágrafo Terceiro - Decidido pelo acolhimento da impugnação, a Diretoria providenciará a afixação da decisão no quadro de avisos, para conhecimento de todos os interessados.

Parágrafo Quarto - Julgado improcedente a impugnação até 03 (três) dias antes das eleições, o candidato impugnado concorrerá às eleições.

Parágrafo Quinto - A chapa da qual fizer parte os candidatos impugnados poderá concorrer, desde que os demais candidatos entre efetivos e suplentes apresentem pelo menos a metade dos respectivos suplentes considerados distintamente, o órgão de Administração, Conselho Fiscal e Delegado Representante junto ao Conselho da FIEG.

DA SEÇÃO ELEITORAL DE VOTAÇÃO

Artigo 49 - As mesas coletoras de votos funcionarão sob exclusiva responsabilidade de 01 (um) Presidente, 02 (dois) Mesários e 01 (um) Suplente, que serão nomeados pelo Presidente.

Parágrafo Primeiro - Poderão ser instaladas mesas coletoras além da sede social, subsedes, delegacias e nos locais de trabalho e mesas coletoras itinerantes que percorrerão itinerários pré-estabelecidos, a critério da Diretoria do Sindicato.

Parágrafo Segundo - Os trabalhos de cada mesa coletora poderão ser acompanhados por fiscais designados pelos candidatos, escolhidos entre os associados na proporção de 01 (um) fiscal por chapa registrada, sendo vedada a indicação de candidatos.

Parágrafo Terceiro - Na ausência do Presidente da Mesa Coletora, os Mesários o substituirá, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

Parágrafo Quarto - Todos os membros da mesa coletora deverão estar presentes ao ato de abertura, durante e no encerramento da votação, salvo, por motivo de força maior.

Parágrafo Quinto - O não comparecimento do Presidente da mesa coletora até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para início da votação fará com que assuma sua presidência o 1º (primeiro) Mesário, e na

falta ou impedimento deste o 2º (segundo) Mesário e assim sucessivamente.

Parágrafo Sexto - É facultada à Diretoria designar “ad-doc”, dentre as pessoas presentes, os membros que forem necessários, para a complementação ou formação da mesa, no caso do não comparecimento dos mesários nomeados.

Parágrafo Sétimo - Na hora fixada do Edital e tendo considerado o recinto, o material em condições, o Presidente da mesa declarará iniciado os trabalhos.

Artigo 50 - Nenhuma pessoa estranha à direção da mesa coletora poderá intervir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação.

Artigo 51 - Os trabalhos eleitorais da mesa coletora terão a duração mínima de 06 (seis) horas, observada sempre a hora de início e a de encerramento previstos no Edital de convocação.

Parágrafo Primeiro - Quando os trabalhos se fizerem em mais de 01 (um) dia, ao término dos trabalhos de cada dia, o Presidente da mesa coletora, juntamente com os Mesários e fiscais, procederá o fechamento da urna com aposição de tiras de papel gomado rubricadas pelos membros da mesa e fiscais, lavrando-se a ata de encerramento dos trabalhos, assinada pelos mesmos, com menção expressa do número de votos depositados na urna.

Parágrafo Segundo - Ao término dos trabalhos de cada dia, as urnas permanecerão na sede do Sindicato ou em locais determinados pela Diretoria, sob a vigilância de pessoas indicadas de comum acordo entre as chapas concorrentes.

Parágrafo Terceiro - O lacre da urna no dia da continuação da eleição, a fim de se recommençar a votação, deverá ser retirado pelo Presidente da mesa coletora, na presença dos mesários e fiscais.

Artigo 52 - Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificado, assinará a folha de votantes, receberá a cédula única rubricada pelo Presidente e Mesários e fará seu voto na

cabine indevassável e, após, a depositará na urna colocada na mesa coletora.

Artigo 53 - Os eleitores cujos votos forem impugnados e dos associados cujos nomes não constarem da lista de votantes, assinando a lista própria, votarão em separado.

Parágrafo Único - O voto em separado será tomado da seguinte forma:

a) O Presidente da mesa coletora entregará ao eleitor sobre carta apropriada, para que ele, da presença da mesa, nela coloque a cédula, que assinalou, colocando a sobrecarta na urna;

b) O coordenador da mesa coletora anotarà no verso da sobrecarta as razões da medida para posterior decisão do Presidente da mesa apuradora;

c) Os envelopes serão padronizados de modo a resguardar o sigilo do voto;

d) O Presidente da mesa apuradora, depois de ouvir os representantes das chapas, decidirá se apura ou não o voto colhido separadamente.

Artigo 54 - São documentos válidos para identificação:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Certidão de Reservista;
- c) Carteira de associado do Sindicato.

Artigo 55 - Na hora determinada no Edital para o encerramento de votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão convidados em voz alta a fazerem entrega aos mesários da mesa coletora o documento de identificação, prosseguindo-se os trabalhos até que vote o último eleitor, caso não haja mais eleitores a votar serão imediatamente encerrados os trabalhos.

SEÇÃO ELEITORAL DE APURAÇÃO DE VOTOS

SEÇÃO I - MESA APURADORA DE VOTOS

Artigo 56 - A seção eleitoral de apuração será instalada na sede do Sindicato ou em local apropriado, imediatamente após o término da votação

sob a presidência de pessoa de notória idoneidade, nomeado pelo Presidente.

Parágrafo Único - A mesa apuradora de votos será composta de escrutinadores indicados, ficando assegurados na proporção de 01 (um) por chapa.

SEÇÃO II - APURAÇÃO

Artigo 57 - Na contagem das cédulas de cada urna o Presidente verificará se o seu número coincide com a lista de votantes.

Parágrafo Primeiro - Se o número de cédulas for igual ao de votantes, que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

Parágrafo Segundo - Se o total de cédulas for superior ao da respectiva lista de votantes não se procederá à apuração.

Artigo 58 - Assiste ao eleitor o direito de formular perante a mesa apuradora, qualquer protesto referente à apuração.

Parágrafo Primeiro - O protesto poderá ser por escrito e será anexado à ata de apuração.

Parágrafo Segundo - O protesto poderá também ser verbal devendo o protestante ser informado pelo Presidente da mesa, no ato do protesto da necessidade de sua ratificação por escrito.

Parágrafo Terceiro - Não sendo o protesto verbal ratificado no curso dos trabalhos de apuração sob forma escrita, dele não se tomará conhecimento.

Parágrafo Quarto - Haja ou não protesto, conservar-se-ão as cédulas apuradas sobre guarda do Presidente da mesa apuradora até a proclamação final do resultado, a fim de assegurar eventual recontagem de votos.

Artigo 59 - Finda a apuração o Presidente da mesa apuradora proclamará eleita a chapa que obtiver na primeira votação maioria simples dos votos em relação ao total dos votos apurados, e fará lavrar ata dos trabalhos eleitorais.

Parágrafo Primeiro - A ata mencionará obrigatoriamente:

- a) Dia e hora da abertura e do encerramento dos trabalhos;
- b) Local ou locais em que funcionaram as mesas coletoras, com nomes dos respectivos componentes;
- c) Resultado de cada urna apuradora, especificando-se o número de votantes, sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos à cada chapa registrada, votos em branco e votos nulos;
- d) Número total de eleitores que votaram;
- e) Resultado geral da apuração;
- f) Apresentação ou não de protestos, fazendo-se, em caso afirmativo, resumo de cada protesto formulado perante a mesa;
- g) Proclamação dos eleitos.

Parágrafo Segundo - A ata geral de apuração será assinada pelo Presidente da Mesa Apuradora, demais membros e fiscais, esclarecendo-se o motivo de eventual falta de qualquer assinatura.

Artigo 60 - Em caso de empate entre as chapas mais votadas realizar-se-ão novas eleições no prazo de 15 (quinze) dias, limitada à eleição às chapas em questão.

Artigo 61 - A posse dos eleitos correrá na data do término do mandato da administração anterior.

Parágrafo Único - Ao assumir o cargo o eleito prestará solenemente o compromisso de respeitar o exercício do mandato, este Estatuto e a Constituição Federal.

DO QUORUM - DA VACÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 62 - Nas eleições do Sindicato o quorum para validade da eleição será da maioria simples dos votos.

Parágrafo Primeiro - Quando concorreram duas chapas, a que obtiver maioria simples dos votos será declarada vencedora.

Parágrafo Segundo - Concorrendo mais de duas chapas será necessário maioria absoluta dos votos para ser declarada a chapa vencedora da eleição.

Parágrafo Terceiro - Caso não ocorra o previsto no Parágrafo anterior deverá haver um segundo escrutínio, quando concorrerão apenas as duas chapas mais votadas e vencerá a que obtiver a maioria simples dos votos.

Parágrafo Quarto - Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos §§ 1º, 2º e 3º, apenas as chapas inscritas para a primeira eleição poderão concorrer à eleição subsequente;

Parágrafo Quinto - Fica proibida a fusão de chapas, bem como a inscrição de novas chapas.

Artigo 63 – Se por qualquer motivo a chapa eleita não tiver tomado posse, fica automaticamente prorrogado o mandato da Diretoria anterior por um prazo de 90 (noventa) dias, para que se convoquem novas eleições.

Artigo 64 - Será anulada a eleição quando, mediante recurso formalizado nos termos deste Estatuto, ficar comprovado:

- a) Que foi realizada em dia, hora ou locais diversos dos designados no Edital de Convocação, ou encerrada a coleta de votos antes da hora determinada sem que hajam votado os eleitores constantes da folha de votação;
- b) Que foi preterida qualquer das formalidades essenciais estabelecidas neste Estatuto;
- c) Que não foi cumprido qualquer dos prazos essenciais estabelecidos na lei e neste Estatuto;
- d) Ocorrência de vício ou fraude que comprometa a sua legitimidade, importando prejuízo a qualquer chapa ou candidato concorrente.

Parágrafo Único - A anulação do voto não implicará a anulação da urna em que a ocorrência se verificar. De igual forma a anulação da urna não importará na anulação da eleição.

Artigo 65 - Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe tenha dado causa e dela não aproveitará seu responsável.

Artigo 66 - Anulada as eleições no Sindicato, outras serão convocadas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do despacho anulatório.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese prevista neste Artigo, a Diretoria permanecerá em exercício até a posse dos eleitos, salvo se qualquer dos seus membros for responsabilizado pela anulação, caso em que a Assembléia Geral especificamente convocada elegerá uma Junta (comissão) Governativa para convocar e realizar novas eleições, composta por (03) três associados, sendo 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 01 (um) Secretário.

a) A Junta Governativa, constituída nos termos deste Parágrafo, procederá, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, as diligências necessárias à realização de nova eleição para investidura dos cargos da Diretoria, do Conselho Fiscal, e dos Delegados Representantes junto ao Conselho da FIEG e seus respectivos suplentes.

Parágrafo Segundo - Aquele que der causa à anulação das eleições será responsabilizado civilmente por perdas e danos, ficando o Sindicato obrigado dentro de 30 (trinta) dias, após a decisão anulatória, providenciar a propositura da respectiva ação judicial.

DO PROCESSO ELEITORAL

Artigo 67 - À Diretoria incumbe zelar para que se mantenha organizado o processo eleitoral, em 02 (duas) vias, constituída a primeira dos documentos originais. São peças essenciais do processo eleitoral:

- a) Edital - folha do jornal que publicou o aviso resumido da convocação das eleições;
- b) Cópias dos requerimentos de registro de chapas e as respectivas fichas de qualificação individual dos candidatos;
- c) Exemplar do jornal que publicou a relação nominal das chapas registradas;
- d) Cópias dos expedientes relativos à composição das mesas eleitorais;
- e) Relação dos associados em condições de votar;
- f) Lista de votação;
- g) Atas das sessões eleitorais de votação e apuração de votos;
- h) Exemplar das cédulas únicas de votação;

- i) Cópias das impugnações e dos recursos e respectivas contra-razões;
- j) Comunicação oficial das decisões exaradas pela Diretoria;
- k) Ata da reunião de Diretoria que elegeu o Presidente e distribuição de cargos dos demais membros da Diretoria.

Parágrafo Único - Não interposto recurso, o processo eleitoral deverá ser arquivado na secretaria do Sindicato.

DOS RECURSOS

Artigo 68 - O prazo para interposição de recurso será de 05 (cinco) dias a partir da data da realização do pleito.

Parágrafo Primeiro - Os recursos poderão ser propostos por qualquer associado em pleno gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo Segundo - O recurso e os documentos de provas que lhes forem anexados serão apresentados em 02 (duas) vias contra-recibo, na Secretaria do Sindicato, e juntados aos originais à primeira via do Processo Eleitoral. A segunda via do recurso e dos documentos que o acompanharam serão entregues, também contra-recibo, em 24 (vinte e quatro) horas ao recorrido, que terá prazo de 08 (oito) dias para oferecer contra-razões.

Parágrafo Terceiro - Findo o prazo estipulado, recebidas ou não as contra-razões do recorrido, a Diretoria encaminhará o representativo recurso à Assembléia Geral para discussão.

Artigo 69 - O recurso não suspenderá a posse dos eleitos, salvo se provido de comunicado oficial ao Sindicato antes da posse.

Parágrafo Único - Se o recurso versar sobre a inelegibilidade de candidatos eleitos, o provimento não implicará a suspensão da posse dos demais, exceto se o número destes, incluindo os suplentes, não for bastante para o preenchimento de todos os cargos efetivos.

Artigo 70 - Os prazos constantes deste capítulo serão computados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, que será

prorrogado para o primeiro dia útil, se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado.

Artigo 71 - A chapa para concorrer às eleições do Sindicato deverá apresentar o número total de candidatos efetivos, respectivos suplentes, considerados distintamente os órgãos: de Administração, Conselho Fiscal e dos Delegados Representantes junto ao Conselho da FIEG.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 72 – Serão realizadas eleições suplementares sempre que, por qualquer motivo, vagar mais da metade do número mínimo de cargos da Diretoria ou do Conselho Fiscal e não existirem Diretores ou Suplentes eleitos para substituí-los, as quais sujeitar-se-ão às mesmas formalidades exigidas para as eleições gerais.

Artigo 73 – A posse dos novos membros da Diretoria do Sindicato, do Conselho Fiscal, dos Delegados Representantes junto ao Conselho da FIEG e Suplentes ocorrerá até o dia do término do mandato da Diretoria em exercício.

Artigo 74 – Compete à Diretoria do Sindicato, com a aprovação da Assembléia Geral, suprir as lacunas e dirimir as dúvidas surgidas na aplicação deste Regulamento.

CAPÍTULO VI

DA PERDA DO MANDATO

Artigo 75 - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal perderão mandato nas seguintes situações:

- a) Malversação ou dilapidação do patrimônio social;

- b) Violação deste Estatuto;
- c) Abandono do cargo na função prevista no Estatuto;
- d) Aceitação ou solicitação de transferência que importe no afastamento do exercício do cargo;
- e) Quando for envolvido em escândalo e este vier a público.

Parágrafo Primeiro - A perda do mandato será declarada pela Assembléia Geral, observado o quorum de 2/3 (dois terços) em primeira convocação, ou se necessário com qualquer número de participantes, em segunda convocação.

Parágrafo Segundo - Toda suspensão ou perda de cargo deverá ser precedida de notificação assegurando-se ao interessado o pleno direito de defesa, cabendo recurso na forma deste Estatuto.

Artigo 76 - Em se tratando de renúncia do Presidente do Sindicato, será esta notificada, igualmente pôr escrito e com firma reconhecida ao seu substituto legal, que, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, reunirá a Diretoria para ciência do ocorrido.

Artigo 77 - Se ocorrer a renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal e se não houver suplente, o Presidente, ainda que resignatário convocará a Assembléia Geral, a fim de que se organize e realize nova eleição, devendo inclusive dar ciência à autoridade competente.

Artigo 78 - No caso de abandono do cargo, processar-se-á na forma dos artigos anteriores, não podendo, entretanto, o membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que houver abandonado o cargo ser eleito para qualquer mandato de administração ou de responsabilidade durante 06 (seis) anos.

Parágrafo Primeiro - Considera-se abandono de cargo a ausência não justificada a 03 (três) reuniões ordinárias sucessivas da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo falecimento de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, proceder-se-á na conformidade com o estabelecido no Artigo 77.

CAPÍTULO VII

DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO DO SINDICATO

Artigo 79 - Constituem receita do Sindicato:

- a) A Contribuição Sindical, Confederativa e Associativa arrecadadas na forma da Lei;
- b) As doações e legados;
- c) Aluguéis de imóveis e juros de títulos e depósitos;
- d) As multas e outras rendas eventuais;
- e) Todo acervo cultural criado e acumulado pelo Sindicato.

Artigo 80 - As receitas/despesas do Sindicato correrão de acordo com as respectivas rubricas do orçamento.

Artigo 81 – Constituem Patrimônio do Sindicato:

- a) O Patrimônio do Sindicato formar-se-á de bens e valores adquiridos ou que venham a ser adquiridos e eventualmente de doações e legados.

Artigo 82 - A Administração do Patrimônio do Sindicato constituído pela totalidade dos bens que o mesmo possuir, compete à Diretoria.

Artigo 83 - Os títulos de renda e os bens imóveis só poderão ser alienados após prévia autorização da Assembléia Geral, reunida com presença da maioria absoluta dos associados com direito a voto.

Parágrafo Primeiro - Caso não seja obtido o “quorum” estabelecido, a matéria poderá ser decidida em nova Assembléia Geral, reunida com qualquer número de associados com direito a voto após o transcurso de 10 (dez) dias da primeira convocação, e a decisão somente terá validade se adotada pelo mínimo de 2/3 (dois terços) dos presentes no escrutínio secreto.

Parágrafo Segundo - A venda de imóveis será efetuada pela Diretoria após a decisão da Assembléia Geral.

Artigo 84 - No caso de dissolução do Sindicato, o que só se dará por deliberação expressa da Assembléia Geral para tal fim convocada e com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados quites, o seu patrimônio,

remanescente, depois de satisfeitos todos os encargos sociais, terá o destino que for deliberado na mesma Assembleia.

Artigo 85 - Não havendo a disposição especial em contrário, prescreve em 02 (dois) anos o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de disposição contida neste Estatuto.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 86 – A próxima eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e dos Delegados Representantes junto ao Conselho da FIEG, para mandato de 3 (três) anos, será realizada de acordo com o presente estatuto em seu Artigo 12, parágrafo único.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 87 - O Sindicato será representado pelo seu Presidente, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo neste último caso delegar poderes.

Artigo 88 - Nenhum dos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e dos Delegados Representantes junto ao Conselho da FIEG, respondem, nem mesmo subsidiariamente pelo Sindicato.

Artigo 89 - O presente Estatuto só poderá ser reformulado por uma Assembleia Geral, especificamente convocada, observando o quorum de 2/3 (dois terços) em primeira convocação, ou se necessário, com qualquer número de participantes, em segunda convocação.

Artigo 90 – Este Estatuto entrará em vigor após sua aprovação pela Assembleia Geral, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 91 – Fica eleito o Foro da cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer dúvidas originárias do presente Estatuto, renunciando-se a quaisquer outros por mais privilegiado que sejam.

Goiânia, 03 de junho de 2015.

Hélio Naves
Presidente do Simelgo

Dr. Orizomar Araújo Siqueira
O.A.B.-GO nº. 5871